



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

376  
R

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 345218-0**

**AGRAVANTE:** Telemar – Norte Leste S/A

**AGRAVADA:** Maria Valdecy de Lyra

**RELATOR SUBSTITUTO:** Juiz Márcio Aguiar

**EMENTA:** RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. MUDANÇA DE PLANO NÃO SOLICITADA. MAJORAÇÃO NO CUSTO. COBRANÇA INDEVIDA. SPC. ATO ILÍCITO. DEVER DE INDENIZAR. RECURSO IMPROVIDO.

1. Não há falar em negativa de vigência ao art. 557, do CPC, isso porque a questão é corriqueiramente enfrentada neste TJPE e a sentença estava em perfeita consonância com a jurisprudência correspondente, a permitir o julgamento monocrático.

2. Trata-se de relação de consumo, o que autoriza a facilitação da defesa, diante da sua qualidade de hipossuficiente, incluindo entre tais medidas, a inversão do ônus da prova, nos moldes do art. 51, VI, do CDC.

3. Constitui dever da operadora de telefonia a prova de que o usuário solicitou e utilizou os serviços cobrados, ônus que competia a ela, nos moldes do art. 333, II, do CPC e art. 51 do CDC, do qual ela não se desincumbiu.

4. A mudança de plano, para o Oi Conta Total 2 Mais, com a inclusão de telefones móveis, e a maior custo não foi requerida pelo consumidor, o que encontra vedação no art. 39 do CDC, que veda a prestação de serviços sem a autorização expressa.

5. A falha na prestação do serviço restou consubstanciada no procedimento inadequado da operadora de telefonia, quando da cobrança de valores por serviços não solicitados e não utilizados (art. 22 do CDC).

6. Responde objetivamente a prestadora, independente de culpa, nos termos do artigo 37, §6º, da CF e do artigo 14 do CDC, exigindo apenas a existência do prejuízo, a autoria e o nexo causal para a configuração do dever de indenizar.

7. Cometimento de ato ilícito, conforme prescrevem os artigos 186 e 187 do CC, ensejando na aplicabilidade do art. 927, do CC.

8. Levando em consideração as questões fáticas, a extensão do prejuízo, a quantificação da conduta ilícita e a capacidade econômica do ofensor, o valor da indenização por danos morais fixado em R\$ 3.000,00 (três mil reais) não se afigura excessivo ou desarrazoado, não existindo afronta ao art. 944, do CC, tampouco hipótese de enriquecimento sem causa vedada no art. 844, do CC.

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

---

9. Recurso improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 345218-0, em que figuram como agravante, a Telemar – Norte Leste S/A e agravada Maria Valdecy de Lyra. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo integralmente a decisão impugnada. Tudo conforme a ementa, e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 25 de setembro de 2014.

**Juiz Márcio Aguiar**  
**Relator substituto**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueiredo Alves*

377  
a

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 345218-0**

**AGRAVANTE:** Telemar – Norte Leste S/A

**AGRAVADA:** Maria Valdecy de Lyra

**RELATOR SUBSTITUTO:** Juiz Márcio Aguiar

**RELATÓRIO**

Telemar – Norte Leste S/A propôs o presente Recurso de Agravo, com amparo no art. 557, §1º, do CPC, contra decisão terminativa desta relatoria exarada nos autos da Apelação Cível movido em face de sentença exarada nos autos da ação proposta por Maria Valdecy de Lyra, que lhe negou provimento, para manter a sentença do juízo de primeiro grau (fls. 337/341).

Alega a agravante, em síntese, a ofensa ao princípio do segundo grau de jurisdição e do devido processo legal, diante do julgamento da apelação, monocraticamente, negando vigência ao art. 557, 513, 551 e 555, todos do CPC, bem como aos inc. LIV e LV do art. 5º, da CF/88.

Acrescenta a agravante que a decisão recorrida deixou de indicar as provas trazidas pela parte autora, a configurar eventual falha na prestação do serviço, a amparar seu pleito de indenização por danos morais, impossibilitando, de igual sorte, a aplicação do art. 557 do CPC.

Prossegue salientando que, na fixação do valor da indenização por danos morais, decorrente de ato ilícito, o julgador deve atentar aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, para que não importe em enriquecimento ilícito da parte.

Ao final, pugna pelo provimento ao recurso, reformando-se a decisão terminativa e se não for o caso, seja apreciado pelo órgão Colegiado, para apreciando, dar-lhe provimento e reformar a sentença de 1º grau.

Requer, na sequência, a diminuição do quantum indenizatório, e pré-questiona os dispositivos legais e constitucionais mencionados (art. 2º, 126, 131, 165, 293, 286, 333, I, 460, 513, 515, 516, todos do CPC; art. 4º, II, do CDC, arts. 153, 186, 188 do CC e ainda, art. 5º, II, X, LIV, LV, da CF).

É o relatório.

**VOTO:**

Para melhor compreensão da controvérsia, tenha-se presente o teor da decisão ora apreciada:

**DECISÃO TERMINATIVA:**

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jónes Figueirêdo Alves*

Cuida-se de recurso de apelação interposto por Telemar – Norte Leste S/A, em face de sentença proferida pela MM. Juiz da 1ª Vara Cível de Garanhuns, nos autos de Ação Declaratória Negativa de Débito c/c Anulação de Cobrança Indevida e Pedido de Tutela Antecipada promovida por Maria Valdecy de Lyra, que julgou procedente em parte o pedido inaugural para declarar a inexistência de débito de R\$ 522,73, atinentes às faturas com vencimentos em 05/13, 06/13 e 07/13 e condenar a demandada, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescido de juros e correção monetária. Condenou, ainda, nas custas processuais e honorários advocatícios.

Aduz, prefacialmente, que os questionamentos da exordial não lhe dizem respeito, pois decorrem de serviços de OI CONTA TOTAL, prestado exclusivamente TNL PCS S/A, conforme Termo de Autorização de Serviço Móvel Pessoal, possuindo, inclusive, CNPJ,s distintos. Não estaria assim, no âmbito de sua competência.

Sob sua ótica, resta configurada a carência de ação por manifesta ilegitimidade passiva da apelante, impondo a sua exclusão da ação, com amparo no art. VI, do art. 267, do CPC, c/c art. 3º do CPC.

No mérito, prossegue argumentando agravante que não há qualquer irregularidade nas cobranças realizadas, através das faturas questionadas, pois dizem respeito a contraprestação dos serviços de telefonia prestados pela operadora.

Alega que o mencionado serviço apenas foi habilitado após solicitação da apelada, realizado com segurança na contratação, pois não ativa serviços indiscriminadamente, necessitando dos dados pessoais e da autorização do consumidor.

Salienta que a habilitação da linha telefônica de nº (87) 8865-5296 foi mediante solicitação, gerando o dever à apelada de adimplir com as contraprestações referentes aos serviços que lhes foram prestados, a teor do art. 8º, III, da Resolução da Anatel nº 477/2007.

Registra que diante da legalidade do ato, toda cobrança referente aos serviços de telefonia também foi legal e necessária, não merecendo prosperar a tese da r. sentença.

Prossegue asseverando que não estão presentes os requisitos à configuração dos danos morais, já que não demonstra os prejuízos suportados, ônus que lhe competia (art. 333, I, do CPC), bem como agiu em estrito cumprimento à lei, não tendo praticado ato ilícito.

Pontua, que não há razão caracterizadora de dano moral, a situação ocorrida constitui mero inconvenientes do cotidiano, não ensejando à reparação civil.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

378  
a

Insurge-se quanto ao valor da indenização fixado na sentença, no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pedindo a sua redução, sob pena de ensejar no enriquecimento sem causa da apelada.

Ao final, pugna pelo provimento do apelo, para ver reformada, *in totum*, a sentença, ou, se não for esse o caso, pede a revisão do quantum indenizatório em patamares razoáveis, com prudência e moderação (art. 5º, da CF).

A apelada apresentou contrarrazões as fls. 268/275, requerendo o improvimento do apelo e a manutenção da r. sentença.

É o relatório.

Examino.

**PRELIMINAR (Ilegitimidade passiva *ad causam*)**

Defende TELEMAR NORTE LESTE S/A que não seria parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda, ao argumento de que a responsabilidade pela prestação do serviço é da TNL PCS S/A.

Tais argumentos, todavia, não procedem, pois a irrisignação da autora surgiu a partir da contratação de plano de telefonia fixa, que após sucessivas alterações, passou a incluir telefones móveis, logo, amparada em informações cadastrais prestadas pela própria TELEMAR, a outra empresa do mesmo conglomerado econômico

Dessa forma, indene de dúvida, ser ela legitimada responder pelas questões envolvendo o contrato de telefonia da autora, em perfeita consonância com o art. 3º, do CC e não sendo hipótese de extinção do processo, com amparo no art. 267, do CPC.

Preliminar rejeitada.

**MÉRITO**

Cinge-se a controvérsia ao direito da apelada de receber indenização por danos morais, pelo descumprimento do contrato de telefonia fixa, com a cobrança indevida, por serviços não contratados.

Segundo a autora, ora apelada, as cobranças indevidas iniciaram-se em maio de 2013, todavia, ela não solicitou a contratação de serviço móvel e sequer recebeu qualquer chip. E que tentou resolver a pendência amigavelmente, informando a situação e solicitando o cancelamento do serviço e a desconsideração da dívida, todavia, não obteve êxito.

Na sua narrativa, a Oi (TNL PCS S/A) prosseguiu na cobrança, enviando-lhe correspondências (fl. 34) e a última delas foi uma fatura no valor de 604,86.

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

Vê-se que a apelada contratou plano de telefonia com a apelante, Plano Conta Oi, pagando inicialmente uma assinatura no valor de R\$ 49,43, para a linha (87) 37613939, consoante se denota da fatura com vencimento em 08/05/2013 (fl. 18/20).

No mês subsequente, na fatura com vencimento em 10/06/2013, já foi cobrado o valor de R\$ 142,66, relativamente à linha (87) 37613939 e à linha (87) 88387057; na fatura seguinte, com vencimento em 08/07/2013, já houve uma mudança na denominação para Oi Conta Total 2 Mais, e o valor foi de R\$ 330,64 e a cada mês o valor era acrescido.

Pois bem. Trata-se de relação de consumo, que deve ser analisada sob a égide do Código de Defesa do Consumidor, o qual autoriza a facilitação de sua defesa, diante da sua qualidade de hipossuficiente, incluindo entre tais medidas, a inversão do ônus da prova, nos moldes do art. 51, VI, do CDC.

E sob essa ótica, é dever da operadora de telefonia a prova de que a autora solicitou e utilizou os serviços cobrados, ônus que competia a ela, nos moldes do art. 333, II, do CPC e principalmente com amparo no CDC.

Demais disso, não demonstrou a agravante a prestação dos serviços, tampouco o requerimento do agravado para a mudança de plano, para o Oi Conta Total 2 Mais, com a inclusão de telefones móveis, para justificar a cobrança questionada.

Diante de tais circunstâncias, afigura-se totalmente desarrazoada a manutenção do plano denominado Oi Conta Total Mais, com 2 celulares móveis, atualmente em vigor.

O Código Consumerista, em seu art. 39, veda a prestação de serviços sem a autorização expressa por parte do consumidor:

*Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:*  
(...)

*III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;*

Vê-se o julgado colacionado a seguir, que envolve questão semelhante:

**APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. CONTRATO DE SEGURO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. 1. Impugnada de maneira suficiente a sentença por parte das apelantes (art. 514, II, do CPC), não há falar em impossibilidade de conhecimento do apelo. Preliminar contrarrecursal afastada. 2. Não demonstrada a efetiva contratação dos serviços cobrados a título de "Arrec Terc Super Seg Prem" por parte do autor, a cobrança deste produto se mostra indevida. Ônus probatório que recaía sobre as rés (art. 333, II, do CPC). Repetição do indébito que é corolário lógico da cobrança**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

379  
d

*irregular dos serviços. (...)PRELIMINAR CONTRARRECURSAL AFASTADA. APELAÇÕES PARCIALMENTE PROVIDAS. (Apelação Cível Nº 70045457355, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, Julgado em 29/02/2012).*

De mais a mais, analisando as questões postas, se incluíram linhas telefônicas no contrato da autora, sem a sua solicitação, configura-se falha na prestação do serviço. Sob esse aspecto, aplicável ao caso em tela o disposto no artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor.

De mais a mais, a apelante, na qualidade de fornecedora, possui responsabilidade objetiva, não dependendo de prova de culpa, nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição Federal e do artigo 14 do Código de Defesa Consumidor, exigindo apenas a existência do prejuízo, a autoria e o nexo causal para a configuração do dever de indenizar.

*In casu*, a falha na prestação do serviço, restou consubstanciada no procedimento inadequado da ré, ora apelada, quando da cobrança de valores por serviços não solicitados e não utilizados.

Com efeito, o artigo 186 do Código Civil preceitua que: *"aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito"*. Igualmente, o artigo 187 da lei civil estabelece que: *"também comete ato ilícito o titular de um direito que, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa fé ou pelos bons costumes"*.

Por seu turno, o mesmo diploma legal, no seu art. 927, preleciona que, aquele que por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo, hipóteses estas incidentes sobre os fatos em apreciação. Deve ser responsabilizada a empresa ré pelos danos morais causados à autora.

Por derradeiro, com relação ao valor arbitrado a título de indenização por dano moral, há que se levar em conta o princípio da proporcionalidade, bem como, as condições dos ofendidos, a capacidade econômica da empresa ofensora, que se trata de empresa concessionária de serviços públicos, e a reprovabilidade da conduta ilícita praticada.

Nesse ser assim, tendo a indenização um caráter preventivo, com o fito de evitar a reincidência da conduta danosa, assim como punitivo, visando à reparação pelo dano sofrido, deve seu *quantum* ser fixado com razoabilidade e proporcionalidade. Não deve, contudo, se transformar em objeto de enriquecimento ilícito devido àquele que o alega ou pleiteia.

Posto isso, levando em consideração as questões fáticas, a extensão do prejuízo, bem como a quantificação da conduta ilícita e capacidade econômica do ofensor, entendo que o valor da indenização por danos morais fixado em R\$ 3.000,00 (três mil reais) pelo juízo a quo não se afigura excessivo e desarrazoado, não existindo

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

---

afronta ao art. 944, do CC, tampouco hipótese de enriquecimento sem causa vedada no art. 844, do CC.

Amparado nestas razões, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para manter a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Publique-se.

Recife, 22 de agosto de 2014.

Juiz Márcio Aguiar

Relator substituto

Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente clara, estando a decisão amparada, inclusive, na Jurisprudência uníssona do Superior Tribunal de Justiça, não trazendo a recorrente em suas razões, elementos aptos a modificar o posicionamento adotado pelo então Relator.

Não há falar em impossibilidade de julgamento de forma monocrática, com negativa de vigência ao art. 557, do CPC, isso porque a questão é corriqueiramente enfrentada neste TJPE e a sentença estava em perfeita consonância com a jurisprudência correspondente, inclusive, no tocante ao valor da indenização por danos morais, fixado em R\$ 3.000,00, atendendo aos princípios legais e constitucionais de regência.

Isto posto, o meu voto é improvendo o presente recurso, em ordem de manter incólume a decisão agravada.

É como voto.

Recife, 25 de setembro de 2014.

Juiz Márcio Aguiar  
Relator substituto